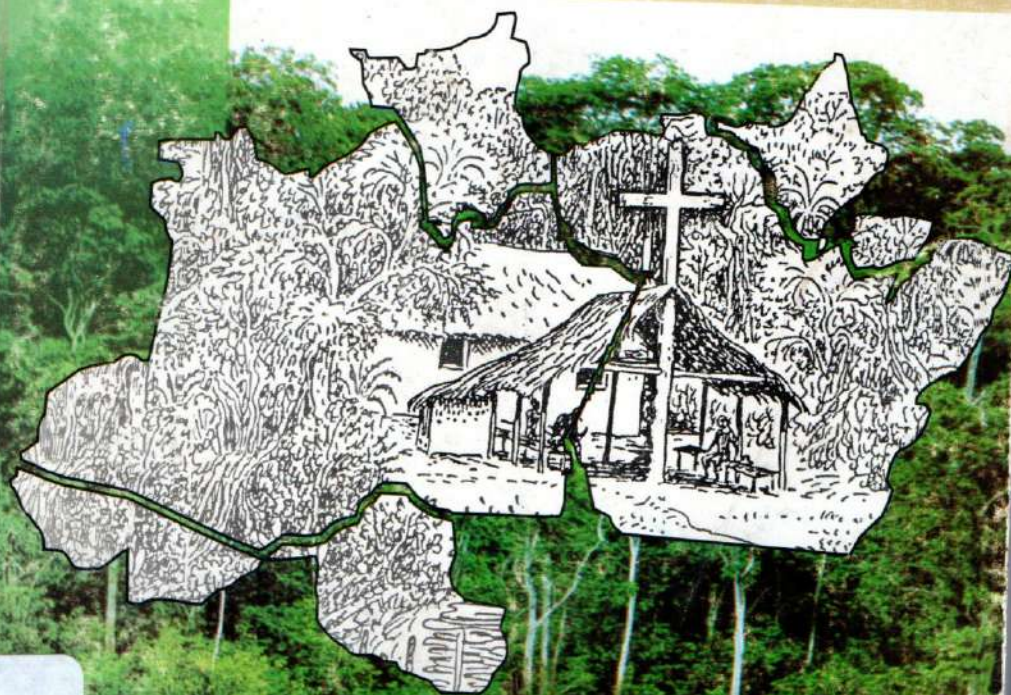


OLIVEIRA, J. A. Urbanização da Amazônia: novas integrações e velhas exclusões. José Aldemir de Oliveira; Pe. Humberto Guidotti (org). A Igreja Arma sua Tenda na Amazônia. 1. ed. Manaus: Universidade do Amazonas, 2000. v. 1. 305p .

A IGREJA ARMA SUA TENDA^{NA} AMAZÔNIA



José Aldemir de Oliveira
Pe. Humberto Guidotti
Organizadores



646

Há momentos na História das instituições em que acontecem tomadas de posição e propósitos decisivos. Foi assim em maio de 1972 com os Bispos da Amazônia, quando, reunidos em Santarém, traçaram orientações pastorais que mudaram os caminhos da Igreja Católica presente neste Norte do Brasil. Optou-se por práticas evangelizadoras que fossem iluminadas pela encarnação na realidade e pela libertação, em outras palavras, por mergulho na realidade do povo a fim de assumir sua cultura e ajudá-lo a quebrar as cadeias da escravidão social ou econômica ou cultural ou política. Em setembro de 1997, as Dioceses e Prelazias da Amazônia quiseram celebrar os 25 anos da caminhada iniciada em Santarém. Nada mais do que justo! Afinal, valeu a pena, apesar dos obstáculos vencidos ou a vencer. As celebrações deram-se em 3 momentos: um seminário sobre a Amazônia, um encontro inter-regional da Igreja e uma Missa.

Este livro, organizado pelo Prof. José Aldemir de Oliveira e pelo Pe. Humberto Guidotti, que vem à luz graças ao trabalho da Editora da Universidade do Amazonas, traz o documento de Santarém, as palestras e conclusões do Seminário, e o documento aprovado no encontro. Trata-se de material de inestimável preciosidade, de ótima visão da realidade sócio-política, cultural e econômico-religiosa da Amazônia, de belo instrumento para o trabalho pastoral e evangelizador. O documento final "A Igreja se faz carne e arma sua tenda na

IGREJA SEMA SU
José Aldemir de Oliveira
Rua Edson (M5), 170 - Jardim Petrópolis
65.000-250 - Manaus - AM

25 ANOS DO ENCONTRO PASTORAL DE SANTARÉM

BIBLIOTECA PARTICULAR
José Aldemir de Oliveira
Livro Nº _____
Data de aquisição ____/____/____

IGREJA ARMA SUA T

alop
José Aldemir de Oliveira
Rua Edison 4115, 170 - Jardim Petrópolis
Maringá - Paraná - 81200-000

A IGREJA ARMA SUA TENDA NA AMAZÔNIA

25 ANOS DO ENCONTRO PASTORAL DE SANTARÉM

Rev. Aldemir de Oliveira
Rev. Fernando Guimaraes
Maringá



A IGREJA ARMA SUA TENDA NA AMAZÔNIA

25 ANOS DO ENCONTRO PASTORAL DE SANTARÉM

José Aldemir de Oliveira

Pe. Humberto Guidotti

ORGANIZADORES


EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
Manaus - 2000

Copyright © 1999 Universidade do Amazonas

Algenir Ferraz Suano da Silva
Editor

Sergio Luiz Pereira
Revisão

Cinara da Silva Cardoso
Revisão Técnica

GEA
Capa

Ficha catalográfica

Elaborada pela Coordenação de Editoração da UA

Oliveira, José Aldemir de (org.)

A Igreja ama sua tenda na Amazônia: / José Aldemir de Oliveira e Pe. Humberto Guidotti (organizadores).
Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.
286 p.: 22 cm

25 anos do encontro pastoral de Santarém

ISBN 85-7401-055-3

1. Amazônia – História 2. Amazônia Religião I Título

CDD 981.1

CDU 981(811.31)

Editora da Universidade do Amazonas
Av. Gal. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000
Bloco L – Minicampus
Fone/Fax: (0XX) 92 644 2242
www.edua.fua.br
e-mail: edua@fua.br
Aleixo – Manaus – AM
CEP 69.077-000

SUMÁRIO

Apresentação.....	vii
Documento de Santarém (1972) Linhas prioritárias para a Pastoral da Amazônia.....	ix
De Santarém até hoje: 25 anos de caminhada Dom José Vieira de Lima.....	xxxiii
A alegria do encontro: Palestra de Abertura Dom Antônio Possamai.....	xxxvii
I – Desenvolvimento e Sociedade: a questão da Amazônia nos últimos 25 anos	1
Que Amazônia foi construída nos últimos 25 anos? Jean Hébette.....	3
Amazônia na Geopolítica Brasileira e Internacional Nelson Figueiredo Ribeiro.....	27
II – Sócio-diversidade e dívidas sociais: Impacto das políticas governamentais sobre as populações da Amazônia nos últimos 25 anos	53
Migração na Amazônia Pe. Gelmino Costa.....	55

III – Novos papéis do Estado na Amazônia: para onde vão os Grandes Projetos?	77
Políticas públicas e desenvolvimento sustentável: problemáticas e desafios para implementação <i>Vitor Hugo Garbin</i>	79
A Zona Franca de Manaus e o 3º Ciclo <i>Eronildo Braga Bezerra</i>	89
SIPAM e a autodeterminação na Amazônia <i>Egon Dionisio Heck</i>	95
O SIVAM e a Comunidade Científica brasileira <i>Néliton Marques da Silva</i>	107
Papel enrolado: indústria de papel e celulose da Amazônia <i>Alfredo Wagner Berno de Almeida</i>	111
IV – Biodiversidade e dívidas sociais	115
Modelos de economias ecologicamente auto-sustentáveis na Amazônia <i>Aziz Nacib Ab'Saber</i>	117
Biotecnologias, Recursos Genéticos e Justiça Social na pauta das políticas nacionais <i>David Hathaway</i>	139
V – Questão urbana	153
Urbanização da Amazônia: novas integrações e velhas exclusões <i>José Aldemir de Oliveira</i>	155

VI – Questão agrária	179
Conflitos agrários na Amazônia: rituais de passagem entre chacina e genocídio <i>Alfredo Wagner Berno de Almeida</i>	181
VII – Perspectivas para Amazônia	221
Metamorfoses da Amazônia e os processos mundiais nos últimos 25 anos <i>Marilene Corrêa da Silva</i>	223
Quem é o povo brasileiro deste pedaço do Brasil? <i>Ernesto Renan de Freitas Pinto</i>	247
Resultado das plenárias sobre a questão urbana e rural	257
A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia: Documento de Manaus (1997)	265

na sociedade
este projeto seja
contentes, ao
nacional,
também nesta
que estamos

David Hathaway

Modernização da Amazônia: novas integrações e vilarejos escolares

por José Maria de Oliveira

V

Questão urbana

Urbanização da Amazônia: novas integrações e velhas exclusões

José Aldemir de Oliveira

1. Introdução

Ao tentar analisar as modificações ocorridas nas cidades da Amazônia nestes últimos 25 anos, poderia escolher vários caminhos. Escolho um que não é necessariamente o correto, mas é uma tentativa de um novo olhar sobre as cidades amazônicas. De início chamo atenção para dois aspectos:

1) há uma tendência tanto na academia quanto nos movimentos sociais de ao se falar sobre a Amazônia, quase sempre se privilegiar dois temas: a natureza e o que genericamente poderíamos chamar de Amazônia Oficial, ou seja, a Amazônia dos Grandes Projetos.

Essas abordagens, embora importantes, são limitadas. Na primeira, considera-se o território apenas do ponto de vista da natureza, tornando-o inócuo, vazio, esquecendo-se as relações sociais que o constroem, o destróem, o inventam e o reconstróem num processo que pressupõe conflitos, contradições e lutas dos sujeitos. Na segunda, é preciso reconhecer que o processo de transformação ocorrido na região determinou novos significados para as cidades. No entanto, parte significativa da Amazônia não foi atingida por este processo, o que não quer dizer que não seja influenciada por ele;

2) embora as taxas de crescimento da população urbana da Amazônia (região Norte) que na última década foram superior à média nacional, o grau de urbanização, apesar de elevado, ainda é o menor do Brasil com 58,2%. Este percentual está desigualmente distribuído, concentrando a maioria da população nas cidades capitais. Com exceção do Estado do Pará e uma cidade de Tocantins, nenhum dos demais Estados da região apresentava, em 1991, outras cidades que não as capitais com mais de 100 mil habitantes. Tomando-se como exemplo o Amazonas, a cidade de Manaus concentra quase a metade da população de todo o Estado. Mais da metade da população amazônica reside nas cidades. Das 298 cidades existentes em 1991, 146 tinha, até 5000 habitantes, 137, entre 5001 até 50.000, e apenas 15 cidades tinha mais de 50.000 habitantes. Por outro lado, nestas 15 cidades maiores mora mais da metade da população urbana da região, mais precisamente, 56,1%.

Dito isto desenvolvo este texto a partir de dois enfoques, que se me parecem importantes:

- As cidades, pequenas ou grandes, são lugares privilegiados de reprodução das relações sociais e se constituem bases para a realização ampliada da intervenção direta do Estado na produção do espaço e na ligação de pontos que possibilitam a expansão de novas formas de relações de produção na região. No passado como no presente, este processo não tem ocorrido sem sobressaltos, representando uma espacialização essencial ao desenvolvimento do capital. Tal processo não se dá isento de conflitos, pois que imbricado de múltiplos agentes portadores de diferentes práticas sócio-espaciais, tomando as cidades amazônicas o lugar por excelência das lutas sociais.

- Esta realidade compreende lugares e homens específicos, o que não quer dizer que este lugar e este homem sejam únicos, pois fazem parte de um amplo contexto. Suas especificidades decorrem do fato de os eventos que os atingem terem dinâmicas próprias, o que dificulta, senão impossibilita, estabelecer generalizações para uma área tão diferenciada como a Amazônia.

2. Como compreender as pequenas cidades amazônicas?

Pode-se partir de dois questionamentos:

1) As metodologias utilizadas para investigar a cidade são aplicáveis à cidades amazônicas? Quais os seus limites? Quais as suas possibilidades? Obviamente que nesta exposição não se têm pretensões de esgotar o assunto, nem tampouco apresentar respostas conclusivas. A questão central é fazer uma reflexão sobre a possibilidade de se entender cidade na Amazônia e como intervir do ponto de vista pastoral;

2) As nossas práticas têm levado em conta que as relações sociais de produção na Amazônia têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do capitalismo que tendência à fragmentação e homogeneização, estabelecendo condições de controle para inserir a região na escala global.

Para começar a responder tais questões é preciso compreender que existem várias Amazônias. Algumas não foram atingidas pela

"modernização" e as dimensões de tempo e espaço são estabelecidas a partir de outras dinâmicas que não são os Grandes Projetos.

Às cidades dessa Amazônia chega-se pelo rio e delas é possível se contemplar uma paisagem cujo limite é o reencontro das paralelas no horizonte em que o céu e as águas parecem se abraçar, quer se olhe em direção ao Ocidente ou ao Oriente. A paisagem citadina avista-se ao longe, aparecendo aos poucos, preguiçosamente aos olhos de quem se aproxima, sem pressa de chegar. Quase sempre, o primeiro sinal é a torre da igreja, tão distante que até parece nunca será alcançada. Assim vista, a maioria destas pequenas cidades situadas às margens dos rios se constitui numa "pausa repousante da monótona sucessão de matas que cobrem as margens do rio Amazonas".

As pequenas cidades amazônicas têm um padrão urbano característico: as ruas e caminhos terminam invariavelmente no porto. A rua da frente ou a rua primeira têm as melhores casas e as ruas de trás, casebres cobertos de palha. Essas cidades localizadas às margens dos grandes rios, parecem ter sido criadas para serem vistas de longe, pois de perto toda a dimensão de beleza que existia no primeiro olhar esvai-se no arruamento caótico, nas casas novas, mas com as fachadas desbotadas e precocemente envelhecidas. Talvez fosse melhor que delas só tivéssemos a primeira impressão.

Outras cidades da Amazônia são alcançadas por uma estrada esburacada, permitindo um passar que, se não é tão rápido, possibilita o ir e o vir. Depois de muito caminhar, não tanto pela distância percorrida, mas pelo tempo gasto, a monotonia de uma paisagem de floresta aparentemente uniforme é quebrada. Chega-se à cidade.

Nada de extraordinário. É necessário boa vontade do caminhante para superar o primeiro impacto e identificar na paisagem das pequenas cidades cor de terra, (onde a poeira impregna as casas e as árvores, magoa a vista e atinge o olfato, ferindo a alma), algo que possa ser designado como belo. Embora a paisagem das pequenas cidades nada tenha de específico, pois na aparência assemelha-se a de tantas outras áreas da fronteira ou às periferias das grandes e médias cidades da Amazônia, a impressão imediata é de que cada uma delas é única.

Nas pequenas cidades amazônicas, mais do que em qualquer lugar, a memória não se encontra no espaço social que se está construindo, mas nos seus construtores, pois cada fragmento do que se produz contém uma parte de quem o faz. É o processo do construir construindo-se, dando a dimensão do não acabado. Neste sentido, a cidade é o lugar do vivido, mas de um vivido espedaçado em que a memória não detém a ação do produzir o espaço, havendo no processo de criação da cidade a predominância do esquecimento e do desenraizamento.

3. O exemplo de uma grande cidade: Manaus

A cidade de Manaus estava estagnada desde o início do século e começou a enfrentar novos sobressaltos com as inovações ocasionadas a partir da criação da Zona Franca de Manaus. As mudanças não atingiram apenas a paisagem da cidade, mas e principalmente o modo de vida das pessoas (baseado no extrativismo, coleta da borraça, castanha, sorva, balata e tantos outros produtos), passando a ser

influenciada por nova forma de produção baseada nas fábricas do Distrito Industrial.

No caso de Manaus, além do livre comércio, foi instalado, em 1970, o Distrito Industrial, baseado na montagem de componentes importados. A partir de 1976, a SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus – órgão do Governo Federal responsável pela administração e planejamento da Zona Franca, estabeleceu índices de nacionalização, ou seja, as empresas eram obrigadas a comprar ou produzir, por exemplo, peças para televisores no Brasil. Essa exigência nunca foi concretizada e, na verdade, contribuiu para estabelecer mais de um incentivo fiscal para o mesmo produto, sendo totalmente descartada em 1990, com a fixação do processo produtivo básico, instituído pela Lei 8.397/91, que isentou as empresas de qualquer índice de nacionalização em seus produtos.

Embora o crescimento das cidades seja um fenômeno que ocorre em todo o país, o crescimento da cidade de Manaus está relacionado em primeiro lugar com a criação da Zona Franca de Manaus, que poderíamos relacionar como um fator de atração e, em segundo lugar, com as precárias condições de sobrevivência no campo, decorrentes de políticas públicas ineficazes ou inexistentes que poderíamos considerar como fatores de expulsão.

A tabela a seguir mostra o crescimento da população de Manaus nos últimos 40 anos. Os dados mostram a tendência à concentração de população na cidade de Manaus e a diminuição da população no campo, atingindo em 1991, quase a metade da população de todo o Estado.

Esse aspecto é tanto mais significativo quando comparamos as informações das tabelas 1 e 2. Considerando-se os dados do Censo de 1996, observa-se que a população total dos 5 municípios mais populosos do Amazonas, é de 27,5% da população da cidade de Manaus. Pode-se observar também que nenhum dos municípios atinge 100 mil habitantes.

Tabela 1: População de Manaus

Ano	População		
	Estado	Manaus	%
1950	514.099	139.620	27,16
1960	708.459	173.703	24,52
1970	955.235	311.622	32,62
1980	1.430.528	633.392	44,28
1991	2.103.243	1.011.500	48,09
1996	2.390.102	1.158.265	48,46

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 2: Os cinco municípios mais populosos do Estado do Amazonas

Município	Habitantes
Parintins	71.787
Tefé	62.810
Itacoatiara	65.006
Manacapuru	65.632
Coari	53.306
Total	318.541

Fonte: Censo do IBGE, 1996.

Comparando-se as informações das tabelas 1 e 3, observa-se, que a população das 5 cidades mais populosas do Amazonas em 1991, era inferior a 17% da população da cidade de Manaus. Pode-se observar também que nenhuma das cidades atingia 50 mil habitantes.

Tabela 3: As cinco cidades mais populosas do Estado do Amazonas

Cidades	Habitantes
Parintins	41.591
Tefé	39.057
Itacoatiara	37.380
Manacapuru	36.019
Coari	21.081
Total	175.128

Fonte: Censo do IBGE, 1991.

Os dados acima mostram a concentração da população na cidade de Manaus e o conseqüente esvaziamento do interior do Estado, ou seja, o crescimento demográfico de Manaus, em boa parte, continua sendo resultado do êxodo rural.

Por outro lado, observa-se também a estabilidade do crescimento da população em Manaus, fruto dentre outros fatores da crise de emprego que atingiu o Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus a partir dos anos 90, quando passou a ser cada vez maior a faixa da população sem condições de acesso ao mercado de trabalho do Distrito Industrial, conforme pode ser observado nos dados a seguir.

O Distrito Industrial atingiu seu ponto culminante em 1989, com 425 empresas instaladas e 112 em processo de implantação. Das empresas instaladas, 217 estavam na área do Distrito Industrial. No mesmo ano, a mão-de-obra ocupada no setor industrial representava 127.804 empregos diretos na cidade de Manaus, sendo 74.818 no Distrito Industrial. O total de empregos diretos no setor industrial na área da SUFRAMA era 137.113 (SUFRAMA-1989).

A partir de 1990 acentuou-se a crise da economia brasileira que vinha se arrastando desde 1983 em decorrência do arrocho salarial e por uma abertura "desastrosa" ao mercado externo. Tais fatores explicitaram que um modelo de desenvolvimento como o proposto pela Zona Franca de Manaus só é viável em condições altamente privilegiadas, ou seja, investimentos públicos, isenção fiscal e economia aquecida.

A crise econômica determinou a ociosidade das empresas do Distrito Industrial atingindo ao final de 1991, 80% em média, com paralisação total de alguns setores. A crise continuou a se agravar e no primeiro trimestre de 1992 atingiu 40% do setor de material plástico, 80% do setor de material elétrico, eletrônico e comunicações e 50% do relojoeiro. O desemprego em Manaus atingiu no setor industrial, 78,17% em março de mesmo ano. Dois meses depois o nível de empregos diretos no setor industrial era de 20.000 representando uma redução, se comparado a dezembro de 1989, de 84,56%.

Com a implantação do Plano Real ocorreu nova dinamização no que concerne à produção e faturamento do Distrito Industrial. Entretanto, isso não significou a recuperação do nível de emprego tendo como base o ano de 1989. A tabela 4 mostra 97,18% das empresas industriais localizadas em Manaus e por ela se pode aferir o nível de empregos em dezembro de 1995.

Tabela 4: Indústrias do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus

Discriminação	Quantidade	%
Empresas	300	97,18
Empregos	48.228	95,56
Faturamento	10.781.256,016	82,58

Fonte: SUFRAMA - 1995.

Os dados mostram que o número de empregos gerados no Distrito Industrial representa 64,46% do número de empregos gerados em 1989, que era de 74.818 empregos.

Outro dado importante a ser considerado é o número de empregos gerados e o número de empregos estimados quando da aprovação dos projetos, estimativa referente a expectativa de emprego no terceiro ano de consolidação dos projetos.

Tabela 5: Empresas Implantadas e expectativas de empregos

Localização	Quant. de mão-de-obra	%
Distrito Industrial	81.471	59,33
Outros Pontos de Manaus	51.335	37,39
Interior da Amazônia	4.506	3,28
Total	137.312	100,00

Fonte: DEPRO/DISE/SAP-SUFRAMA, 1995.

Quando comparamos estes dados com os dados de geração efetiva de empregos, 48.228, observamos que estes representam 59,19% dos estimados para o Distrito Industrial e 36,31% dos empregos estimados para a cidade de Manaus.

A crise da Zona Franca, portanto, é basicamente do trabalho. Pois continuamente, especialmente após 1993, tem aumentado o faturamento das empresas e conseqüentemente a arrecadação de impostos. Em 1995 o Distrito Industrial gerou uma receita bruta de 13 bilhões de dólares e em 1996 14 bilhões, sendo que o nível de emprego continuou diminuindo, atingindo em junho de 1997, a marca de 40 mil.

Os dados comparativos entre os índices econômicos e os níveis sociais parecem mostrar que a cidade cresce numa relação inversa à sua capacidade de absorver os contingentes populacionais que atraiu. Essa contradição que perdura desde a criação da Zona Franca deve estabelecer os parâmetros de análises do processo migratório para a cidade de Manaus.

O crescimento da cidade aumentou, dentre outros problemas ditos urbanos, a questão da moradia. O problema da moradia não pode ser explicado isoladamente. Nele se concentra um conjunto de contradições, dentre as quais destacamos o fato de a moradia não ser fracionada, ou seja, não se pode morar um dia e outro não, da mesma forma que não se pode morar onde não existe transporte, trabalho, escola, hospital e áreas de lazer. Neste sentido, as áreas periféricas mais distantes e às margens dos igarapés foram se constituindo na alternativa para as populações mais pobres que iam chegando à cidade.

Em 1980, estimava-se que a população morando em igarapés em Manaus girava em torno de 53.683 habitantes. Em 1995, a estimativa é de 111.057 habitantes, ou 8,4% da população da cidade. O Amazonas é o Estado brasileiro com o maior percentual de residências em áreas consideradas de favelas: de cada 10 casas, 1 está localizada em favela. Caso se adotassem os critérios do IBGE para a definição de favelas, 80% da população da cidade poderia ser considerada favelada.

Por outro lado, a instalação do Distrito Industrial em Manaus só foi possível a partir da intervenção do poder público, criando as condições necessárias para instalações das empresas, concedendo-lhes a isenção de impostos, construindo a infra-estrutura e criando facilidades para a remessa de lucros.

De onde provêm estas contradições? Decorrem basicamente de um modelo de crescimento econômico que tem na sua determinação descompromisso com o desenvolvimento social. A instalação de empresas no Distrito Industrial ocorreu a partir da concessão de uma série de favores do Estado que significou, ao longo do tempo, a transferência de recursos públicos que deveriam ser empregados na saúde, educação, saneamento e política agrícola para o setor privado, através, por exemplo, do acesso por parte das empresas a lotes urbanos localizados na área do Distrito Industrial dotados de toda a infraestrutura, a preços muito baixos, sendo que recentemente estes lotes são concedidos gratuitamente.

Tais benefícios concedidos às empresas não foram seguidos de preocupações que garantissem níveis salariais dignos aos trabalhadores, não só em comparação ao mercado externo, mas também ao mercado nacional.

Pode-se dizer que a Manaus de hoje é um espaço derivado da criação da Zona Franca de Manaus. Este espaço é produto social e histórico e, como tal, contraditório, comportando e possibilitando o surgimento de um parque industrial capaz de apresentar um expressivo crescimento absoluto no nível da produção, sem, no entanto, apresentar saldos positivos no desenvolvimento, não contribuindo para a melhoria das condições de vida da população local. É um modelo excludente, que tem como base o crescimento econômico deslocado do desenvolvimento. É o crescimento da pobreza.

4. A cidade como dimensão da resistência

As cidades criadas recentemente na Amazônia, quase sempre o foram a partir da aplicação da política de "desenvolvimento" que produziu espaços e tempos diferentes dos até então vividos pelas populações amazônicas, os quais passaram a ser vistos com novos valores e novas funções. Espaços e tempos que foram produzidos através da atuação do Estado e da expansão do capital na Amazônia. Porém, dizer só isso não basta. O que se deve buscar é a explicitação de que capital, de qual Estado e de qual Amazônia se está falando, para que a análise do processo de construção do espaço não se transforme numa abstração.

O processo de produção do espaço ocorre a partir da ação de vários sujeitos sociais e da relação entre eles e com a natureza. Completa-se com a atuação direta do Estado, num complexo e extenso sistema burocrático, criado e reformulado continuamente e que, nos últimos 25 anos, possibilitou a produção da Amazônia como fronteira e como estagnação.

Mas o processo não se esgota aí, é preciso ir além e considerar outras dimensões. A Amazônia, de hoje é um lugar bem diverso do que era há 25 anos, não só porque a natureza foi modificada, mas principalmente porque a cultura mudou de modo considerável, a partir da transformação de hábitos e costumes e ações políticas.

Este processo evidenciou que a relação homem/natureza, que passou a predominar na Amazônia, teve e continua tendo como principal característica a tendência à degradação do homem e da natureza. É preciso superar posições simplistas tendentes ao ecológico natu-

ralista, mas a verdade é que, a persistência do mito da produtividade ilimitada, apesar do vergonhoso fracasso de todas as iniciativas em grande escala para desenvolver a região, constitui-se em um dos mais notáveis paradoxos do nosso tempo.

A cidade que se produziu e se está produzindo nos últimos 25 anos não é um objeto qualquer, tampouco um meio, mas o requisito da própria condição humana, num processo de produzir, produzindo-se, reproduzindo-se. O modo pelo qual foi e está sendo produzido o espaço nas cidades amazônicas depende das condições concretas dos meios de produção, como também da forma de manifestação da vida que determina de certa forma a sua natureza. Por isso, as cidades amazônicas, enquanto espaços produzidos, não podem ser reduzidas nem à natureza nem ao ambiente construído, mas às formas de controle que se amoldam à produção dos meios materiais para a existência do homem, ampliando-se num processo geral de produção da sociedade (Lefebvre, 1976).

É preciso reconhecer que se, de um lado, o processo de urbanização da Amazônia está assinalado pela exclusão, de outro ele contém a possibilidade da inclusão, pois existem as especificidades decorrentes da história do lugar, da capacidade de resistência e da forma não igual de como as inovações atingem o lugar e de como as pessoas se relacionam com o novo. Todos estes aspectos, mediados pelos usos e costumes, determinam a forma de produção das cidades, que se constituem como *locus* privilegiado na articulação entre o lugar, o nacional e o global e portanto no lugar da resistência.

As intervenções numa cidade qualquer da Amazônia, especialmente nas pequenas cidades, devem buscar o entendimento do

processo de produção do espaço num lugar específico da Amazônia e que esse processo não se encerra em si mesmo. Ou seja, a produção da cidade não se restringe ao econômico, mas à reprodução da vida, pois a cidade não depende apenas das relações de produção, mas abrange outras dimensões como a política, a cultura e o lazer. Então, sua produção possui a dimensão da totalidade que abarca o cotidiano.

O cotidiano tem que ser compreendido no contexto social em que o espaço da cidade é produzido, não sendo apenas a soma mecânica de atividades diversas, mas a totalidade que as engloba e que determina a produção do espaço e da vida.

A produção do espaço urbano na Amazônia se dá a partir de um processo conflituoso, onde as novas relações destroem e reconstróem as antigas relações, pois o novo não exclui o velho. Este processo coloca como tendência a produção de um espaço controlado e homogeneizado que, no entanto, não se concretiza em sua inteireza, à medida que o novo espaço não se produz excludentemente. Ele reproduz as diferenças e as resistências, que não restauram as relações sociais anteriores, mas as recriam em outras dimensões.

Assim, o novo, completamente novo, não existe e é nas brechas encontradas no processo de produção que a população do lugar e os migrantes criam as condições de resistência, visando alcançar as transformações do espaço produzido. No âmbito da Amazônia como um todo, tais ações podem ser percebidas na resistência da população indígena, dos caboclos, dos ribeirinhos, das quebradeiras de coco, dos seringueiros, tentando interferir na produção do espaço de maneira que o direito à diferença e não as desigualdades lhes seja garantido.

São pequenas ações que têm contribuído para que florescem formas de luta visando a não permitir que o espaço se produza exclusivamente às feições da classe dominante e de acordo com as estratégias do Estado. Na maioria das vezes, são ações localizadas sem conseguir articulação mais ampla. Isso, no entanto, não retira o caráter político que lhes dá sustentação.

Portanto, é preciso compreender a vida social que se desenrola nas cidades, buscando entender não apenas o possível, mas o impossível, não apenas o que é, mas principalmente o que poderia ser. Com isso se chega ao entendimento da realidade urbana cujo diagnóstico é de exclusão. Os dados arrolados no texto de Jean Hóbbette, apresentado nesta coletânea, dão-nos esse quadro do entendimento da deterioração do espaço social das cidades.

Quero chamar a atenção para esse processo dinâmico em que a produção das cidades se dá a partir de fatos reais postos pela vida concreta dos homens. Neste sentido, estou trabalhando a investigação das cidades amazônicas, especialmente as pequenas, estabelecendo uma hipótese, qual seja: a expansão da fronteira na Amazônia se dá a partir de um processo contraditório, baseado num tripé: a destruição das formas espaciais existentes, a criação das resistências e a reconstrução de formas e conteúdos espaciais dotados de novas dimensões e significados (Oliveira, 1995). A dimensão social desse processo é também uma dimensão espacial, sendo por isso concebida como uma prática sócio-espacial, tendo a cidade como o lugar da ação. A forma de como a cidade está sendo produzida na Amazônia pode representar um instrumento de perda, mas também pode se constituir numa alternativa de libertação.

A resistência não é uma dádiva, pressupõe de um lado que as pessoas tenham condições de sobrevivência; de outro, que se contraponham ao que se lhes é imposto sem perder a capacidade de indignação e de revolta "não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas contra a própria produção da vida vigente e contra a atividade total em que se baseia" (Marx, 1986, p. 57).

Deveríamos privilegiar o entendimento do espaço urbano, tendo como ponto de partida a paisagem urbana, para atingir o entendimento da reprodução espacial e de seu conteúdo. Na Amazônia quase sempre esta paisagem em si nada tem de excepcional. A perspectiva adotada é de que a paisagem urbana não se resume apenas ao aparente, ao construído, ela também contém história, sendo produto do trabalho. (Carlos, 1994, p. 52-54).

5. A cidade enquanto dimensão do vivido

O modo de como o grupo se organiza para produzir e atender suas necessidades não explica *per se* toda a sociedade. Também o processo de produção não se completa nem se encerra em si mesmo. Considerar apenas o econômico, ou mesmo colocá-lo em primeiro plano, choca-se com numerosas objeções. É preciso compreender o processo de produção da sociedade, entendendo a produção no sentido mais amplo, visando captar as transformações e o vivido e abrir caminho para o entendimento da vida, pois as relações sociais de produção encerram múltiplas contradições sociais, políticas e econômicas.

Às vezes ao estabelecermos os diagnósticos para realização das ações, excluímos o vivido, o que pode ser uma forma sutil de camuflar o que o precede e o sucede. Neste sentido, a produção do urbano na Amazônia tem um componente importante que não pode ser desconsiderado enquanto configuração das cidades: a cultura.

Num primeiro plano a cultura indígena. A base econômica da Amazônia foi fixada a partir da exploração de recursos naturais extraídos da floresta e dos rios, tendo na mão-de-obra indígena um de seus sustentáculos. Nos últimos 25 anos essa configuração modificou-se consideravelmente em decorrência do avanço da fronteira. A questão que se coloca e que é pouco discutida quando falamos de cidade na Amazônia é o papel da cultura indígena.

A dificuldade de compreensão desse processo, e aí talvez esteja uma pista para um trabalho pastoral na Amazônia, é que a cultura indígena é quase sempre considerada como manifestação da cultura dominada, invadida, aniquilada pela cultura de massa e pela indústria cultural, invadida pelos valores dos dominantes, "manipulada pela folclorização nacionalista, demagógica e exploradora, em suma como impotente face à dominação, arrastada pela potência destrutiva da alienação" (Chauí, 1982, p. 63).

É necessário, entretanto, como sugere Marilena Chauí, cautela quanto a considerar a cultura popular apenas na perspectiva da perda. No caso da cultura indígena, este aspecto parece relevante, pois apesar de sempre ter sido colocada como perdedora e não se querer aqui estabelecer parâmetros de empréstimo cultural, é possível identificar em algumas cidades amazônicas, especialmente naquelas situadas às margens dos rios, sua influência. Na alimentação, na cestaria e nos instrumentos de pesca.

6. Considerações finais

O afastamento geográfico não impediu que as cidades amazônicas sofressem a influência de um contexto cultural mais amplo, pois os homens não produzem suas culturas isoladas de todas as outras. Em decorrência, nas cidades da Amazônia a tendência, em especial nos núcleos criados recentemente, é do enfraquecimento da influência de uma cultura local, pois o espaço urbano está sendo produzido não de forma isolada, mas a partir de um contexto maior, mesmo com certas especificidades resultantes da experiência dos que chegam e dos que estão que são sujeitos da criação.

Deveríamos tentar estabelecer as ações pastorais, buscando compreender as transformações do espaço amazônico, especialmente das pequenas cidades, a partir daquilo que revela o retrato de pessoas, que são identificadas no processo que fragmentou o espaço, vendido aos pedaços, ao mesmo tempo deveríamos retomar o passado através de coisas e sentimentos que mudaram ou se refizeram num outro patamar. É preciso compreender e considerar as pessoas como participantes ativos de um processo que dilacera o coração e fere a alma. Contudo, se de um lado esse processo tem uma grande carga de tragédia, por outro tem a capacidade de embalar novos sonhos e novas ilusões sem melancolias nem saudosismos, mas com "ódio sossegado e com paciência". No estudo das pequenas cidades amazônicas, índios, posseiros, peões, seringueiros, ribeirinhos, negros, mulheres, devem ser considerados como sujeitos e construtores do espaço, o que não significa deixar de reconhecer a sua condição de excluídos.

A atuação da Igreja deve centrar-se nas coisas simples na beleza e na poesia onde não se fala disso ou talvez onde nem exista. É preciso compreender o olhar, o sorriso, todos os gestos e ações que abrem a porta para o infinito tomando a vida mais agradável, as distâncias menores e os momentos mais intensos.

É preciso compreender que, num lugar como a Amazônia, a beleza não está apenas nas formas aparentes mas no estado d'alma e na condição de vida concretizada em cantigas, em versos, na singularidade de celebrar a festa para exprimir solidariedade, fraternidade e dissimular perdas. É preciso compreender a espacialidade que resulta das duras condições de vida, mas também da resistência, da força inquebrantável para a construção de uma nova vida que não é necessariamente melhor ou pior, mas é uma nova vida. É preciso entender, como sugeriu José de Souza Martins "porque a cultura popular neste país se constitui num arquivo, retalho da História do povo, de canções que celebram o amor e a festa e, freqüentemente dissimulam a guerra e o luto e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura e da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna na cena da História". Estas ações que se concretizam em lugares perdidos da Amazônia, quase sempre são desconsideradas, pois estão eivadas de coisas simples, transmutadas numa sensação de extrema obviedade pela freqüência do estar sempre por aí e porque quase sempre a nossa preocupação é com as carências e com as perdas, vendo as cidades como espaços inumanos.

Por fim, as cidades da Amazônia são também e principalmente lugares de possibilidades. A cidade não é apenas uma forma, mas uma maneira de ser e de viver, sendo a possibilidade de um dado tempo e de uma dada sociedade. É necessário se buscar uma ação pastoral que tenha uma visão crítica da cidade funcional reduzida caricaturalmente.

As ações pastorais deveriam buscar restituir o sentido do modo de vida urbana que transponha o da resignação passiva. Buscar um tempo para os encontros que o ultrapasse, o encontro para a troca de coisas e estabeleça o encontro das relações, do resgate da atividade criadora das obras, da necessidade de informação, dos simbolismos e das atividades lúdicas. É preciso resgatar o sentido da cidade como obra do homem, não uma obra qualquer, mas uma obra de arte.

Recorro novamente a José de Souza Martins, que talvez nos apresente a melhor síntese para a compreensão de cidade na Amazônia. Ninguém deve chorar por nós, porque a Amazônia não é um funeral. A Amazônia é uma festa, mesmo quando estamos sepultando nossos mortos. Como constatou espantado, o aluno do curso de Geografia da Universidade do Amazonas, ao concluir um trabalho de pesquisa numa área miserável da cidade de Manaus: "Professor, apesar de tudo ... eles fazem um jardim"! Recuperei o susto e devolvi ao jovem pesquisador: "É, essas pessoas, fazem um jardim, pois sabem que apesar dos espinhos, as flores um dia brotarão".

José Aldemir de Oliveira
Geógrafo e professor da Universidade do Amazonas

Referências bibliográficas

- Carlos, Ana Fani Alessandri (1994) *A (Re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP.
- Chauí, Marilena (1982) *Cultura e democracia*. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna.
- Corrêa, Roberto Lobato (1989) A organização urbana. In: *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. p. 255-71. v. 03 (Região Norte)
- Kosik, Karel (1976) *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lefebvre, Henri (1976) *Espacio y politica*. Barcelona: Ediciones Península.
- Marx, Karl, Engels, Friedrich (1986) *A Ideologia alemã* (I – Feuerbach). 5. ed. São Paulo: Hucitec.
- Oliveira, Adélia Engrácia de (1983) Ocupação Humana. In: Salati, Eneas et al. *Amazônia: desenvolvimento integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. p. 144-327.
- Oliveira, José Aldemir de (1995) *Cidades na Selva: urbanização das Amazonas*. (São Paulo: USP, Tese de Doutorado).
- Santos, Milton (1980) *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.

SUFRAMA (1989) *Perfil das empresas sediadas na Amazônia Ocidental*. SUFRAMA-1989.

Wagley, Charles (1988) *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos Trópicos*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

Amazônia" teve repercussão nacional e internacional. Esperamos que igual sorte tenha esta publicação. Ao apresentar este livro, os Bispos D. Antônio Possamai e D. José Vieira Lima escreveram: "E porque progredimos na compreensão de sermos uma Igreja no mundo, amando o mundo amazônico, temos a certeza de que estamos dando à sociedade amazônica nossa contribuição histórica de alta qualidade para o resgate das dívidas sociais tão pesadas neste Norte Brasileiro." Que assim seja!

D. Luiz Soares Vieira
Arcebispo de Manaus



OLIVEIRA, José Aldemir de; G
A Igreja arma sua tenda na A



000000647

